



PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA
GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Rua Gomes Barbosa nº 803 - Bairro Centro - CEP 36570-101 - Viçosa - MG - www.vicosa.mg.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 0156926 - SEMSA/GABSMS

10 de abril de 2026.

TERMO DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO E BASE LEGAL

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de fórmulas nutricionais, dietas enterais e suplementos alimentares, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Viçosa/MG, bem como às especificações e detalhamentos descritos neste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA

A aquisição de fórmulas nutricionais justifica-se pela responsabilidade do Estado em assegurar o direito fundamental à saúde, sobretudo para pacientes em situação de vulnerabilidade socioeconômica que dependem desses insumos para sua adequada nutrição e tratamento. Além disso, a contratação é necessária para garantir o atendimento contínuo às demandas do município, considerando, ainda, o vencimento das Atas de Registro de Preços vigentes, o que torna indispensável a realização de novo processo licitatório. Ressalta-se que a distribuição dessas fórmulas ocorre com base em prescrições médicas individualizadas, variando conforme as necessidades clínicas de cada paciente, o que exige um sistema de fornecimento eficiente e adaptável. A contratação contempla tanto pacientes em uso de dieta enteral quanto aqueles em processo de transição para via oral, assegurando a continuidade da assistência nutricional e favorecendo a adequada evolução clínica. Adicionalmente, a realização de nova licitação mostra-se indispensável para sanar falhas identificadas na descrição de itens anteriormente frustrados, bem como para incluir insumos ainda não contemplados, garantindo a continuidade e a adequação do atendimento. Tal medida contribui não apenas para a promoção da equidade no acesso aos serviços de saúde, mas também para a otimização da gestão dos recursos públicos, assegurando que a Secretaria Municipal de Saúde de Viçosa desempenhe suas atribuições de forma eficaz e sustentável.

2.1 Conforme parágrafo único do art. 6º, da Lei Federal nº 14.133 de 2021, considera-se que o objeto deste certame se compõe de materiais cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, tratando-se, portanto, de bens caracterizados

como comuns de acordo também com o art. 147 do Decreto Municipal nº 5.983/2023, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2.2 A aquisição do objeto por meio do Sistema de Registro de Preços, justifica-se pela imprevisibilidade de se estimar com exatidão o quantitativo necessário, não precisando providenciar grandes dependências para armazenagem desses produtos, haja vista que a aquisição dos mesmos será realizada na medida em que for necessário. Deste modo, levando-se em consideração o que dispõe no decreto municipal 5.983/2023 em seu art. 57 e Decreto Federal nº 11.462/2023 que regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei 14.133/2021, depreende-se que o caso em tela se enquadra nas hipóteses cabíveis para adoção do sistema de registro de preços.

2.3 Os quantitativos foram solicitados de maneira a garantir o fornecimento por um período de 12 meses, conforme média histórica de consumo, histórico de itens previamente utilizados, e de comensais atendidos.

3. OBJETO

3.1. O objeto é a **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de fórmulas nutricionais em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Saúde.**

3.2 Tabela - Descrição dos itens:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	MÉDIA VALOR UNITÁRIO	MÉDIA VALOR TOTAL
1.	Fórmula infantil em pó, a base de proteína do soro de leite extensamente hidrolisada, com lactose e adição de prebióticos e ácidos graxos de cadeia longa - LcPUFAs (DHA – ácido ocosahexaenóico e ARA – ácido araquidônico. Contém LC-Pufas – ácidos graxos de cadeia longa e Prebióticos. Lata 400g.Prazo de validade mínimo: 12 MESES. Referência: Aptamil Pepti	3.000	95,67	287.010,00

2.	Fórmula infantil de partida e seguimento para lactentes e crianças de 0 a 36 meses, polimérica, nutricionalmente completa, para nutrição enteral/oral, hipercalórica, com ótima oferta protéica. Contém adição de LCPufas, nucleotídeos e uma mistura exclusiva de prebióticos (GOS/FOS). Isenta de sacarose e glúten. Densidade calórica 1,0 Kcal/ml. Lata 400g. Prazo de validade mínimo: 12 MESES.Referência: Intafrini .	3.000	131,63	394.890,00
3.	Fórmula infantil elementar para lactentes e de seguimento para lactentes e crianças de primeira infância para necessidades dietoterápicas específicas, nutricionalmente completa e isenta de proteína láctea, lactose, sacarose, frutose,galactose, óleo de soja e ingredientes de origem animal. Não contém óleo de soja na composição. Contém aminoácidos livres e sintéticos. Adicionada de LCPufas (ARA e DHA) e nucleotídeos. Indicações: alimentação de lactentes e de seguimento para lactentes e crianças de primeira infância com alergia alimentar (ao leite de vaca, à soja, a hidrolisados e a múltiplas proteínas). NÃO CONTÉM GLÚTEN. Lata 400g. Referência: Neocate LCP	3.000	148,53	445.590,00
4.	Fórmula pediátrica para nutrição enteral e oral, em pó, nutricionalmente completa e rica em vitaminas e minerais. Permite preparo na diluição 1,5kcal/ml. Isento de lactose. Não contém gluten. Indicações: Crianças em risco nutricional, desnutridas ou com desaceleração do crescimento; com doenças crônicas. Lata 400g, sabor baunilha ou sem sabor, o que permite a adição à preparações salgadas ou doces.Prazo de validade mínimo: 12 MESES. Referência: Fortini Plus	3.000	61,34	184.020,00

5.	Suplemento alimentar à base de fibras alimentares solúveis e insolúveis que auxiliam o funcionamento do intestino. Ingredientes: Amido resistente de milho com alto teor de amilose, frutooligosacarídeos (FOS), inulina e antiumectante dióxido de silício. Isento de glúten. Suplemento alimentar de uso adulto e infantil (a partir de 4 anos de idade. Pode ser adicionado a qualquer tipo de alimento ou bebida, não alterando a textura, a cor ou sabor dos alimentos. Fácil solubilidade. Lata 400g. Prazo de validade mínimo: 12 MESES.Referência Fiberfor 400g	3.000	37,45	112.350,00
6.	Alimento nutricionalmente completo para uso enteral e oral indicado para pessoas que necessitam de nutrição especializada para recuperação e/ou manutenção do estado nutricional. Fórmula com Densidade Energética Normal, Normocalórica, Norproteica, Normolipídica e Hipossódica. Alimento instantâneo e de fácil solubilidade; Fonte de vitaminas e minerais; isento de sacarose e glúten. Lata 800g. Prazo de validade mínimo: 12 MESES.Referência: Enteral Comp	15.000	72,00	1.080.000,00
7.	Módulo de fibra alimentar para nutrição enteral e oral, a base de um mix de fibras solúveis e fibras insolúveis. Sem sabor. Lata de 300g no mínimo Prazo de validade mínimo: 12 meses. Referência: Sustap Fibras	3.000	41,63	124.890,00
8.	FRASCO PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL Frasco com tampa para administração de dieta enteral em polietileno, graduado, com capacidade de 300ml, embalados individualmente. Prazo de Validade mínimo: 12 meses. Referência: Descarpack	20.000	1,05	21.000,00

9.	<p>Suplemento alimentar protéico em pó para nutrição oral, mínimo 80% proteína por porção, concentrado,BCAA e aminoácidos essenciais, 24g de proteína em 30g de produto. Baixo teor de gordura. Sem sabor. Não contém glúten.</p> <p>Embalagem de no mínimo 900g. Prazo de validade mínimo: 12 MESES.</p> <p>Referência: Igual ou superior a Whey Max Titanium</p>	2.000	188,02	376.040,00
10.	<p>Espessante alimentar sem sabor ou sabor neutro, instantâneo isento de sacarose, lactose e glúten. indicado aos pacientes com disfagia, podendo ser utilizado em preparações quentes ou frias,líquidas, doce e salgada misturando-se bem aos alimentos sem interferir no sabor. prazo de validade após aberto de, pelo menos, 60 dias. Prazo de validade mínimo: 12 MESES. Embalagem de 400g. Referência: EspessaMix</p>	2.000	32,52	65.040,00
11.	<p>Fórmula infantil à base de soja. Indicado para crianças até os 12 meses de vida, com intolerância à lactose e/ou necessidades dietoterápicas específicas com restrição à lactose (galactosemia). Contém ômega 3 (ácido linolênico) e ômega 6 (ácido linoleico). Lata 800g. Referência: Aptamil Soja</p>	1.500	58,23	87.345,00
12.	<p>Fórmula infantil de partida desde o nascimento até 6 meses de vida, em pó, a base de proteínas lácteas intactas, adicionada de prebióticos (FOS e GOS). Contém adequada relação ômega 3 (ácido linolênico): ômega 6 (ácido linoleico) mais LcPUFAs (DHA e ARA) e Nucleotídeos. Lata 800g. Referência: Aptamil 1</p>	6.000	56,00	336.000,00

13.	Fórmula infantil de seguimento, indicado para crianças de 6 a 12 meses de vida, em pó, a base de proteínas lácteas intactas, adicionada de prebióticos (FOS e GOS). Contém adequada relação ômega 3 (ácido linolênico): ômega 6 (ácido linoleico) mais LcPUFAs (DHA e ARA), além da presença de nucleotídeos, lata 800g. Referência: Aptamil 2	6.000	58,56	351.360,00
14.	Fórmula infantil antiregurgitação, em pó, para lactentes desde o nascimento, formulada para condições de refluxo gastroesofágico e/ou regurgitação. Contém goma jataí, agente espessante que proporciona maior viscosidade da fórmula, não alterando a distribuição calórica. Lata 800g. Referência Aptamil AR	3.000	66,44	199.320,00
15.	Fórmula infantil para lactentes e de seguimento para lactentes e crianças de primeira infância destinada a necessidades dietoterápicas específicas com proteína extensamente hidrolisada e com restrição de lactose. Fórmula infantil em pó, a base de 100% de proteína do soro de leite extensamente hidrolisada. Isento de lactose. Não contém glúten. Lata 400g. Referência: Pregomin Pepti	3.000	125,10	375.300,00
16.	Fórmula modificada para nutrição enteral, nutricionalmente completa, hipercalórica, com densidade calórica de 1,5 kcal/ml, com adequado teor proteico, com fibras e enriquecido com o exclusivo mix de carotenóides. Isenta de sacarose e lactose. Não contém glúten. Embalagem Tetra Pack 1000ml. Referência: Nutrison Energy Multi Fiber	5.000	35,15	175.750,00
17.	Fórmula padrão para nutrição enteral ou oral, nutricionalmente completo, com densidade calórica normal (1,2kcal/ml) e Normoprotéico. Sem fibras. Isento de sacarose, lactose e glúten. Embalagem Tetra Pack 1000ml. Referência: Nutri Enteral Soya	5.000	22,13	110.650,00

18.	Fórmula infantil, indicado para crianças de 1 a 3 anos de vida, em pó, a base de proteínas lácteas in-tactas, adicionada de Prebióticos (GOS/FOS). Contém adequada relação ômega 6: ômega 3 e presença de LcPUFAs (DHA e ARA). Lata 800g. Referência: Igual ou superior a Aptanutri	1.000	57,65	57.650,00
19.	Composto lácteo com óleos vegetais e fibras, indicado para crianças de 3 a 5 anos de idade, adicionado de prebióticos (FOS e GOS). Contém LcPUFAs ácidos graxos de cadeia longa - ácido do-cosaenoico (DHA). Fonte de cálcio, ferro e zinco. Rico em vitaminas C e D. Fonte de vitaminas A, B2, B12, B5, E e K. Contém soro de leite. Lata 800g. Referência Igual ou superior a Milnutri	1.000	62,51	62.510,00
20.	SUPLEMENTO ALIMENTAR P/ DOENÇAS INFLAMATORIAS: Suplemento alimentar desenhado para o tratamento de pessoas com doenças inflamatórias intestinais. Pode ser usada para nutrição enteral e/ou oral, normo-calórica, normo-proteica e hiperlipídica, com alto teor de cloreto, zinco, molibdênio e vitamina A, D, E, C e B6, enriquecida com TGF-2, que contribui para a ação anti-inflamatória e reparadora da mucosa intestinal. Lata de 400g. Prazo de validade mínimo: 12 meses. Referência: Modulen	100	256,17	25.617,00
Total estimado: R\$ 4.872.332,00 (quatro milhões, oitocentos e setenta e dois mil, trezentos e trinta e dois reais).				

3.3 Da justificativa de indicação das marcas;

A indicação de marca no presente processo licitatório, referente ao fornecimento de fórmula (alimentação/nutrição especializada), fundamenta-se na necessidade de assegurar a adequada padronização, qualidade e segurança do objeto a ser contratado, especialmente em razão das características específicas do público atendido.

Ressalta-se que a fórmula em questão possui composição nutricional específica, devidamente testada e já utilizada no âmbito desta Administração, apresentando resultados satisfatórios quanto à sua eficácia, tolerabilidade e aceitação pelos usuários. A substituição por produto diverso, ainda que similar, pode acarretar riscos à continuidade do tratamento, incluindo possíveis intercorrências clínicas, rejeição ou necessidade de readaptação nutricional.

Ademais, a indicação da marca visa garantir a compatibilidade com protocolos clínicos adotados pela equipe técnica responsável, bem como evitar descontinuidade no fornecimento de insumos essenciais à manutenção da saúde dos pacientes assistidos.

Importante destacar que a presente indicação não tem caráter restritivo à competitividade, uma vez que se admite o fornecimento de produtos equivalentes, desde que comprovadamente atendam às mesmas especificações técnicas, composição nutricional e desempenho clínico exigidos, cabendo à área técnica a análise da equivalência.

Dessa forma, sob a ótica da boa prática administrativa e da proteção ao interesse público, a indicação de marca mostra-se medida necessária e devidamente justificada, visando assegurar a qualidade, segurança e continuidade do atendimento prestado.

3.4 Considerando a natureza do objeto deve-se apresentar juntamente com as propostas ficha técnica completa de cada produto como nome, descrição, indicação, fotos reais, tabela nutricional, lista de ingredientes e demais informações consideradas pertinentes.

4. DO FORNECIMENTO DOS BENS

1.1. Os bens deverão ser entregues à Farmácia Central, localizada à Rua Maria Geralda Paranhos, 147, Centro, de acordo com a solicitação do responsável, no prazo de 10 (dez) dias após a emissão da ordem de fornecimento.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As dotações orçamentárias são as de números: 10.301.0008.2067.3.3.90.30; 10.301.0008.2069.3.3.90.30 ; 10.122.0001.2037-339030; 10.122.0001.2037-339091.

6. DO PAGAMENTO

6.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.3 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

6.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.6 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

6.7 Recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8. Liquidação

6.8.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

6.8.2 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.8.3 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.8.4 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

6.8.5 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.8.6 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.8.7 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.8.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.8.9 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.8.10 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

9. Prazo de pagamento

6.9.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

6.9.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do IPCA de correção monetária.

10. Forma de pagamento

6.10.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.10.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.10.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.10.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na Legislação vigente.

6.10.5 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6.10.6 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

7. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1 O bem poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, devendo ser **substituído no prazo de 5 (cinco) dias** às custas do fornecedor, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste

ato convocatório.

7.2 O prazo de entrega dos bens são de no máximo **10 (dez) dias** contados do recebimento da ordem de fornecimento.

7.3 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior, que também deverão ser comunicadas.

7.4 As entregas que têm previsão aproximada de uma entrega por mês, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, devem ser acordadas as datas entre o fornecedor e a prefeitura

7.5 O transporte dos produtos deverá obedecer à legislação vigente no tocante ao transporte de cargas perigosas (se for o caso) ou afins, uma vez que correrá por conta do licitante vencedor qualquer responsabilidade civil no caso de acidentes.

7.6 O Município de Viçosa se resguarda do direito de fazer verificações in loco ou testes junto às empresas vencedoras caso julguem necessário.

7.7 O fornecimento dos bens deverá atender rigorosamente às especificações constantes deste Termo de Referência e seus Anexos e projeto básico. O fornecimento fora das especificações indicadas implicará na recusa, por parte do município, que o colocará à disposição do fornecedor para substituição.

7.8 A reparação ou substituição dos bens deverá ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos às custas do fornecedor, a contar da notificação do Gestor do Contrato ao fornecedor sobre a recusa dos mesmos. Esgotado esse prazo, a empresa será considerada em atraso e sujeita às penalidades cabíveis.

7.9 A entrega dos bens deverá ser realizada dentro do prazo estabelecido e será considerada como recusa formal a falta de entrega dos mesmos no prazo estabelecido, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovado pelo fornecedor e reconhecido pelo município.

7.10 O recebimento do bem licitado dar-se-á por intermédio de representante designado e será:

a) Provisório: na entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo, com as especificações solicitadas.

b) Definitivo: após a conclusão da conferência e análise necessárias e sua consequente aceitação definitiva, que ocorrerá no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

7.11 Decorrido o prazo para substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia do produto.

7.12 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de

penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual, quando for o caso.

8. DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

8.1 A vigência desta contratação será de 12 (doze) meses, iniciando a partir da data da assinatura do contrato.

8.2 A prorrogação se dará nos termos do artigo 107 da lei 14.133/2021, prorrogável anualmente no prazo máximo de (10) dez anos.

8.3 A Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente. O licitante vencedor terá o prazo máximo de **10 (dez) dias úteis** para assinatura do contrato ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e na Lei nº 14.133/2021.

8.4 Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9. DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES: OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.3 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta (art. 92, XVI da Lei 14.133/2021);

9.4 Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pelo fiscal do contrato, em estrita observância das especificações do Aviso de Dispensa de

Licitação e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, quantidade, preço unitário e total;

9.5 Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.7 O dever previsto no item anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, o produto com avarias ou defeitos;

9.8 Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação; 16.2.7. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.9 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato, caso haja;

9.10 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.11 Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

9.12 Demonstrar situação regular junto ao INSS, FGTS e Fazendas Federal, Estadual e Municipal, bem como não apresentar débitos trabalhistas

9.13 Considera-se, também, as obrigações das partes previstas na minuta do Contrato anexa ao Edital, ressalvando que, mesmo que a Minuta do contrato seja substituída por outro instrumento, nos termos do art. 95 da Lei 14.133/2021, as obrigações ali previstas serão aplicadas na presente licitação.

10. DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES: DA CONTRATANTE

10.1 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;

10.2 Comunicar ao contratado, de imediato, qualquer irregularidade verificada na execução do objeto;

10.3 Designar servidor para o contrato, o qual ficará responsável pela fiscalização;

10.4 Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.5 Pagar à contratada o valor resultante do fornecimento dos bens, na forma e no prazo estabelecido no contrato;

10.6 Notificar a contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos serviços prestados, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

10.7 Promover, por seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à contratada as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;

10.8 Considera-se, também, as obrigações das partes previstas na minuta do

Contrato anexa ao Edital, ressaltando que, mesmo que a Minuta do contrato seja substituída por outro instrumento, nos termos do art. 95 da Lei 14.133/2021, as obrigações ali previstas serão aplicadas na presente licitação.

11. CONTROLE DA EXECUÇÃO DO FORNECIMENTO

11.1. O Controle e acompanhamento da execução do objeto desse Termo obedecerá às normas contidas na Lei Federal nº 14.133 de 2021, bem como a exigência do edital, sem prejuízo a outros instrumentos adotados pela contratante para o fiel cumprimento das condições estabelecidas para a aquisição.

11.2. A Fiscalização de que trata este tópico não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e na ocorrência desta, não implica em responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da lei 14.133, de 2021.

11.3. A conformidade do material a ser fornecido deverá ser verificada juntamente com o

documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

11.4. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais e comunicando a autoridade competente, quando for o caso, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do artigo 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.5. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

6. Da gestão e fiscalização do contrato

11.6.1 A gestão e fiscalização do contrato será exercida, no que couber, pelas regras gerais estabelecidas no Capítulo VI (Da execução dos Contratos) da Lei nº 14.133/2021 e nos termos do Decreto Municipal nº 5.983/2023.

11.6.2 Para cumprir as atividades de gestão **Wanderleia Rodrigues Santana, Chefe de Departamento da Vigilância Sanitária** e fiscal do contrato, fica designado **João Paulo Fialho Oliveira , Coordenador do Setor de Assistência Farmacêutica.**

12. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

12.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.2.4. Quando houver a exigência da entrega de amostra deixar de apresentá-la; ou

12.1.2.5. Quando houver a exigência da entrega de amostra, apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. Fraudar a licitação

12.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.2. Quando houver a exigência da entrega de amostra, apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a

prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. Advertência;

12.2.2. Multa;

12.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida no percentual de 15% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de até **10 (dez) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1 e 12.1.2, a multa será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas no item 12.1.3, a multa será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.

12.4.3. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4 a 12.1.8, a multa será de 15% (quinze) do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a

qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens

12.1.1,

12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

13.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta.

13.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

13.2. Exigências de habilitação: Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

13.3. Habilitação jurídica

14. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

14.1.1. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

14.1.2. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

14.1.3. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

14.1.4. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

14.1.5. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária (SA):** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

14.1.6. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

14.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

14.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

14.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários

federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

14.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

14.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

14.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

14.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

14.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

14.2.8. [O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006.](#)

[estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.](#)

9. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

14.2.10. **Alvará Sanitário** emitido pelo Órgão Municipal competente ou documento equivalente emitido por Órgão Federal ou Estadual que comprove sua atividade comercial ou quando dispensado no Município de origem da empresa licitante, deverá ser apresentada declaração, legislação municipal ou outro documento que comprove a dispensa do alvará sanitário;

14.2.11. **Autorização de Funcionamento expedida pela ANVISA** – Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

14.3. CERTIFICADO DE REGISTRO DE PRODUTO emitido pela ANVISA/MS em vigor

ou cópia da respectiva publicação no Diário Oficial da União – DOU.

14.3.1. No caso de PRODUTO ISENTO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, o fabricante/distribuidor deverá apresentar documentação emitida pela ANVISA/MS desobrigando-a a efetuar o registro dos produtos junto ao Ministério da Saúde.

14.4 Da justificativa para exigência de qualificação técnica

14.1 A exigência das documentações descritas no edital é essencial para garantir a segurança, a qualidade e a conformidade legal das fórmulas nutricionais adquiridas, considerando sua importância para a saúde dos usuários finais.

14.2 O Alvará Sanitário, emitido por órgão municipal, estadual ou federal, comprova que a empresa licitante possui condições adequadas para exercer suas atividades comerciais, especialmente no armazenamento e comercialização de produtos sujeitos à vigilância sanitária. Nos casos de dispensa do alvará no município de origem, a exigência de declaração ou legislação comprobatória assegura a regularidade da atividade, protegendo o ente público de aquisições em desacordo com normas locais.

14.3 A Autorização de Funcionamento é indispensável para garantir que a empresa licitante esteja devidamente autorizada pela ANVISA para atuar no segmento de produtos de saúde e nutrição, o que reforça a confiabilidade do fornecedor e a conformidade com as regulamentações federais.

14.4 O Certificado de Registro de Produto emitido pela ANVISA ou sua publicação no Diário Oficial da União é uma garantia de que o produto atende aos critérios de segurança, eficácia e qualidade estabelecidos pela legislação brasileira, sendo essencial para produtos destinados à nutrição e saúde humana.

14.5 Para produtos isentos de registro, a exigência de documentação comprobatória emitida pela ANVISA assegura que a desobrigação está devidamente fundamentada na legislação vigente, prevenindo riscos de fornecimento de produtos inadequados ou não conformes às normas sanitárias.

Essas exigências são fundamentadas nos princípios de proteção à saúde pública, eficiência e legalidade que regem os processos licitatórios, assegurando que o ente público adquira produtos de qualidade e em conformidade com as normas sanitárias e regulatórias vigentes no país.

15. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E REQUISITOS E DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

15.1 A solução proposta visa atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde, garantindo o fornecimento contínuo de fórmulas nutricionais destinadas a pacientes em acompanhamento clínico, conforme prescrições individualizadas. Como requisito da contratação tem-se que o fornecimento deverá se dar de forma parcelada, vez que, se trata de compra baseada no sistema de registro de preço.

15.2 Serão exigidos requisitos de habilitação técnica e sanitária compatíveis com o objeto, conforme disposto neste Termo de Referência

16. Da participação de ME E EPP e Consórcios de Empresas

- 16.1 Será permitida a participação de micro empresas e empresas de pequeno porte, cujas normas estão previstas na Lei Federal 14.133/2021 e Lei Federal 123/2006.
- 16.2 Será permitida a participação de Consórcio de Empresas conforme Lei Federal 14.133/2021, art. 15.

17. Subcontratação, Seguro, Garantia da Contratação.

17.1 A empresa vencedora não poderá transferir a terceiros, de forma total ou parcial, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está

17.1.1 Não haverá exigência da Garantia da Contratação nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

18. Não será exigida a realização de **Seguro** para a participação no processo licitatório

19. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 19.1 Aplica-se no que couber o Decreto Municipal 5.983/2023 e de modo subsidiário a Lei Federal 14.133/2021.
- 19.2 Este Termo de Referência se vincula ao Edital licitatório que lhe deu causa e por conseguinte a todos os documentos relacionados a realização desta licitação como o DFD, ETP, contrato e demais documentos que vierem a surgir.

Viçosa 10 de abril de 2026.

Marcos Alexandre de Freitas Vieira
Secretário Municipal de Saúde



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Alexandre de Freitas Vieira, Secretário de Saúde**, em 10/04/2026, às 08:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
<https://sei.vicosa.mg.gov.br/autenticador> informando o código verificador **0156926** e o código
CRC **4A8457E2**.